

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Você tem carro flex?	2
Título: Acordo entre União e Petrobras deve exigir lei	2
Título: Funcionários da Petrobras deverão informar patrimônio	3
Título: Dólar avança 1,52% e encerra a R\$ 3,60, nova máxima em 2 anos	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Petrobras antecipa pagamento de US\$ 900 mi em dívidas bancárias	6
Título: Envolvida na Lava Jato, Eletrobrás é nota 10 em governança, diz governo	7
Título: Brasil não pode ser liberal num mundo protecionista, diz presidente da Usiminas	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Empregados da Petrobrás terão de abrir declaração de renda e patrimônio	11
Título: Grupo de SP terá frota de 200 caminhões elétricos	12
Título: Montadoras avaliam produção no País	13
Título: Em 5 carteiras, Petrobrás tem a maior alta entre as indicadas	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Você tem carro flex?**

O preço do etanol segue baixando. Na média nacional, caiu mais 1,79% esta semana. Acumula queda de 7,19% na comparação mensal. — Atingiu a menor paridade frente à gasolina desde novembro de 2015 — atesta o diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bárbara Nascimento****Título: Acordo entre União e Petrobras deve exigir lei**

Governo "trabalha forte" para obter consenso até dia 17, diz ministro do Planejamento

-Brasília- O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou ontem que pode ser necessária uma alteração legal para que a revisão de um contrato da Petrobras com a União, a chamada cessão onerosa, saia do papel. Na quinta-feira, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou à colunista do GLOBO Míriam Leitão que o acordo entre o governo e a empresa pode sair em breve, mas explicou que a solução exige uma nova lei, que teria de passar pelo Congresso. A conclusão da negociação abriria espaço para que o governo realize um megaleilão de petróleo, com potencial de arrecadação de até R\$ 100 bilhões.

Segundo Colnago, a equipe econômica está "trabalhando forte" para chegar a um consenso com a estatal até o próximo dia 17. Este é o prazo formal para que o grupo de trabalho chegue a uma conclusão.

— Pode ser necessária uma lei, se chegarmos a um acordo e ele prever um pagamento em óleo. Mas a gente ainda está estudando se seria necessário realmente. Primeiro, temos que chegar a um consenso com a Petrobras, discutir o meio de implementar isso — disse o ministro.

ARRECADAÇÃO DE R\$ 6,8 BI

Enquanto ainda discute com a Petrobras o caminho para viabilizar o megaleilão de petróleo, a União quer arrecadar R\$ 6,8 bilhões com a 5ª rodada de licitações de blocos no pré-sal. Esse é o valor definido pelo Conselho Nacional

de Política Energética (CNPE) pelo bônus de outorga, ou seja, o direito de exploração de quatro blocos que serão concedidos, marcado para 28 de setembro. Com isso, a expectativa total de arrecadação com licitações de petróleo neste ano chega a R\$ 18 bilhões.

Nos leilões de pré-sal, a arrecadação é fixa e vence a licitação quem oferecer maior percentual de óleo para a União, depois de descontados os custos de produção — o chamado óleo-lucro. Esse óleo será comercializado pelo governo.

Na 5ª Rodada serão ofertados os blocos de Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde. Todos eles são localizados nas bacias de Campos e Santos. O CNPE também autorizou a Agência Nacional do Petróleo (ANP) a detalhar os estudos dos blocos que farão parte da sexta rodada de partilha de produções: Aram, Sudeste de Lula, Sul e Sudoeste de Júpiter e Bumerangue, todos na Bacia de Santos.

O conselho definiu ainda os percentuais mínimos de excedente de óleo que deve ser destinado à União: 9,56% para Saturno; 5,80% para Titã; 24,82% para Pau-Brasil; e 10,01% para Sudoeste de Tartaruga Verde.

A área de Saturno deveria ter sido leiloada na última rodada, realizada em março, mas foi retirada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU avaliou que havia uma confusão sobre qual regime deveria ser utilizado no leilão do bloco, uma vez que, dentro da mesma área, havia poços leiloados pelo regime de partilha e outros, em região contígua, sob regime de concessão. O Tribunal entendeu que todas essas áreas — que entrarão na 5ª rodada — devem ser leiloadas no modelo de partilha.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Funcionários da Petrobras deverão informar patrimônio

Mais de 62 mil precisarão entregar a declaração de Imposto de Renda

Mais de 62 mil funcionários da Petrobras terão de entregar para o departamento de Recursos Humanos da estatal a declaração de Imposto de Renda em envelope lacrado ou dar autorização para que os órgãos de controle do governo (o Tribunal de Contas da União e a Advocacia-Geral da União) possam acessar os dados quando quiserem na Receita Federal. As medidas foram anunciadas pela estatal aos seus colaboradores na intranet na última terça-feira.

Até então, somente funcionários que exerciam cargo com alguma função de chefia (diretores, gerentes e superintendentes) eram obrigados a apresentar sua declaração de bens. Mas, em outubro do ano passado, em uma reunião entre Petrobras e TCU, ficou decidido que todos os funcionários deveriam seguir essa regra.

Segundo uma fonte, essa determinação tem como base a Lei de Improbidade Administrativa, de 1992, que diz que os agentes públicos devem apresentar sua declaração de patrimônio e bens.

— A Petrobras não vai ter acesso às informações pessoais dos funcionários. Ela apenas ficará com o envelope lacrado que será entregue aos órgãos de controle caso seja solicitado. Ou, então, ficará com autorização do funcionário para esses órgãos acessarem se for necessário — disse uma fonte do governo.

Desde que a Lava-Jato revelou um esquema de corrupção na estatal, a Petrobras tem aperfeiçoado regras de controle.

A petroleira esclareceu que está adequando seus procedimentos relacionados às informações de Bens e Renda à legislação vigente, na forma prevista pela Instrução Normativa nº 67, de 6 de julho de 2011, do TCU. Segundo a companhia, até o ano passado, a Petrobras realizava o procedimento para os gestores da estatal.

A petroleira explica que outras empresas como Caixa Econômica Federal, Infraero e Datraprev já adotam o mesmo procedimento. (Ramona Ordonez e Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Dólar avança 1,52% e encerra a R\$ 3,60, nova máxima em 2 anos

BC vai oferecer contratos novos no mercado, que chegariam a US\$ 3 bi

-São Paulo- Depois de uma trégua na quinta-feira, o dólar comercial voltou a subir e atingiu os R\$ 3,60, uma alta de 1,52%, com investidores ainda buscando proteção devido a um cenário de incerteza, aqui e no exterior. A moeda não fechava nesse patamar desde 31 de maio de 2016, quando foi a R\$ 3,614. Na semana, a divisa acumulou valorização de 2,16%.

Já o Ibovespa, principal índice do mercado acionário brasileiro, recuou 0,75%, aos 85.220 pontos. Na semana, o índice teve ganho de 2,53%.

Para Cleber Alessie, operador da H.Commcors, o avanço do dólar reflete um movimento de busca de proteção, após dois pregões de queda.

— Com a proximidade do fim de semana e, em menor grau, a Argentina ainda em situação delicada, os investidores aproveitaram para colocar o dinheiro no bolso, zerando posições. Foi uma realização de lucros e uma busca por proteção em um momento de maior volatilidade — afirmou Alessie.

Além da Argentina, permanece no radar o temor de um acirramento geopolítico entre Estados Unidos e Irã.

— O dólar inverteu a tendência e passou a operar em alta ante as suas principais rivais e moedas dos emergentes — disse Ricardo Gomes da Silva, superintendente da Correparsi Corretora de Câmbio, citando ainda a preocupação com uma nova pesquisa eleitoral, que será divulgada na segunda-feira.

"IMPACTO A CURTÍSSIMO PRAZO"

O Banco Central (BC) mantém seus leilões de swap cambial, que equivalem a uma venda futura de dólar, para a rolagem dos contratos que vencem em 1º de junho. Desde o início do mês, eram oferecidos 8,9 mil contratos (US\$ 445 milhões) por dia.

A partir de segunda-feira, informou ontem o BC, serão emitidos novos contratos. Cada leilão de swap novo será de 5 mil contratos, o equivalente a US\$ 250 milhões, com vencimento em 2 de julho. Com isso, os leilões de rolagem serão reduzidos a 4,225 mil contratos (US\$ 211,25 milhões) ao dia. O total poderá chegar a US\$ 3 bilhões.

— Esse modelo anunciado tem um impacto no curtíssimo prazo. Já faz efeito de forma imediata. É uma intervenção, na minha leitura, que pode ter mais efeito que a estratégia anterior — avaliou Alessie.

PETRÓLEO NO RADAR

Entre os papéis mais negociados, os preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras fecharam em queda de 1,20%, cotados a R\$ 25,44. Já as ações ordinárias (ON, com voto) tiveram leve alta de 0,38%, a R\$ 28,95. O barril do petróleo tipo Brent recuou 0,45%, a US\$ 77,12.

Luiz Gustavo Pereira, analista da Guide Investimentos, explica que os investidores estão atentos a oportunidades de compra de papéis de exportadoras de commodities, como Petrobras, Vale e Gerdau. Os papéis da Vale subiram 2,39%, enquanto as ações PN da Gerdau recuaram 0,56%.

— Investidores daqui e do exterior estão se beneficiando do contexto de dólar mais forte e de preços mais altos das commodities. As exportadoras são o centro das atenções — disse Pereira.

A maior alta foi a da **EDP Brasil**, que subiu 15,55%. A China Three Gorges anunciou, em Portugal, a proposta de realizar uma oferta pública de aquisição das ações da EDP, que controla a empresa de Energia brasileira. A chinesa já tem 28,25% do capital da EDP Portugal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras antecipa pagamento de US\$ 900 mi em dívidas bancárias

A Petrobras anunciou nesta sexta-feira (11) o pré-pagamento de US\$ 900 milhões em dívidas bancárias. Apenas em 2018, a estatal já antecipou o pagamento ou o resgate de US\$ 15 bilhões.

As operações fazem parte de estratégia para tentar reduzir o endividamento da companhia usando recursos obtidos com a venda de ativos, que já renderam US\$ 11,5 bilhões.

O esforço permitiu à empresa reduzir a concentração de vencimentos entre 2018 e 2019, fato que chegou a gerar boatos em 2015 sobre necessidade de aporte federal para evitar calotes.

Em 2014, metade da dívida da empresa, ou US\$ 48 bilhões, tinha vencimento até o fim da década. Agora, são US\$ 11,1 bilhões.

“Já estamos nos antecipando e avaliando a concentração em 2022 e 2023”, disse a gerente-executiva de Finanças da companhia, Bianca Nasser.

Do total pago nesta sexta, US\$ 600 milhões eram com o JPMorgan, com vencimento em 2022, e US\$ 300 milhões, com o Safra, vencendo em 2023. Também nesta sexta, o governo fixou em R\$ 6,8 bilhões o valor das quatro áreas que serão oferecidas na quinta rodada de licitações para o pré-sal, agendada para setembro.

Em junho, serão oferecidas outras quatro áreas, na quarta rodada, com valor total de R\$ 3,2 bilhões. Se todas as áreas do pré-sal forem vendidas, a arrecadação total com leilões de petróleo em 2018 será de R\$ 18 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Envolvida na Lava Jato, Eletrobrás é nota 10 em governança, diz governo

Em meio a tentativas do governo de privatizar a Eletrobrás, a estatal entrou no grupo das empresas públicas com nota 10 no índice de governança criado pela própria União, divulgou o Ministério do Planejamento nesta sexta (11). Em novembro do ano passado, a nota havia sido 8.

A estatal segue envolvida em investigações da Lava Jato, após denúncias de superfaturamento de obras contratadas com cartel.

Diretores e funcionários da empresa também foram alvo, em 2015, da Operação Radioatividade — na qual o ex-presidente da Eletronuclear foi condenado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, obstrução da Justiça, evasão de divisas e organização criminosa — e na Operação Pripayat, de abril de 2017, contra cinco ex-diretores e diretores.

O índice do governo é composto por indicadores como a criação de comitês, a geração de relatórios internos e a publicação de resultados e remuneração de executivos — requisito que já é exigido de empresas listadas em Bolsa.

Uma análise mais efetiva, que englobe o impacto real das medidas implementadas — indo além da simples verificação da instalação de comitês —, deverá ocorrer só na próxima avaliação, segundo o ministro do Planejamento, Esteves Colnago. Por isso, as notas do próximo ciclo “talvez piores”, disse.

Também receberam nota 10 a Petrobras e o Banco do Brasil. A Caixa aumentou sua nota de 7,5 para 9,7, e o BNDES subiu de 8 para 9,5.

Agências de notícias

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Entrevista Sergio Leite De Andrade Joana Cunha**Título:** Brasil não pode ser liberal num mundo protecionista, diz presidente da Usiminas

Executivo defende que o país adote medidas de defesa comercial em resposta a ações de Donald Trump

Os próximos meses até a eleição serão de compasso de espera e freio nos investimentos, até que se defina o programa de governo que o país terá a partir de 2019, segundo Sergio Leite de Andrade, presidente da Usiminas.

Segundo o executivo, a recuperação da economia ainda não está firme o suficiente para retomar partes da capacidade produtiva da empresa que foram paralisadas no momento mais crítico da crise.

Em 2015 a Usiminas decidiu fazer um ajuste na configuração industrial e na capacidade produtiva, desativando temporariamente as áreas primárias da usina de Cubatão, com paralisação de altos-fornos, aciaria e outras atividades.

“O retorno das áreas primárias de Cubatão passa por uma recuperação mais robusta da economia brasileira. Os analistas projetam que o Brasil vai atravessar uma fase de crescimento nos próximos anos, mas no patamar de 3% ao ano, que, para nós, é muito baixo.”

Para ajudar o Brasil a enfrentar a escalada da guerra comercial e do protecionismo nas relações internacionais, Andrade — hoje também vice-presidente do conselho Instituto Aço Brasil, que reúne as siderúrgicas, e prestes a assumir a presidência da entidade em agosto — sugere que o governo brasileiro deveria pensar em “algum tipo de proteção de mercado”.

“Nós não concordamos com essa onda de protecionismo no mundo. Mas não podemos deixar o Brasil aberto no momento em que os Estados Unidos se fechou, a Europa corre o risco de fechar. É uma forma de se defender”, diz Andrade. *

Desativação temporária

No auge da recessão brasileira, em janeiro de 2016, decidimos paralisar temporariamente as áreas primárias de Cubatão. Naquele momento, esse ‘temporário’ era de 3 a 5 anos porque esperávamos que a economia retomasse. Ela está retomando: saímos da recessão e há perspectiva de crescimento neste ano. No primeiro trimestre, a economia estava mais ativa. Mas a aceleração está diminuindo no segundo trimestre.

O retorno das áreas primárias de Cubatão passa por uma recuperação mais robusta da economia brasileira. Os analistas projetam que o Brasil terá uma fase de crescimento nos próximos anos, mas no patamar de 3%, que para nós é muito baixo. Com isso vai demorar um pouco para tomarmos a decisão de retorno das áreas primárias de Cubatão. Desejamos que elas retornem e estamos estudando isso. Mas, em 2018, não temos condição de tomar essa decisão porque estamos percebendo que o ritmo de crescimento da economia não nos atinge.

Compasso de espera

Tem uma outra preocupação da maioria dos empresários. Há muitos investimentos programados para o Brasil, mas a grande maioria dos empresários está esperando para ver o desenrolar dos acontecimentos e quem será o próximo presidente para conhecer o programa de governo que vai ser implementado a partir do ano que vem. É um fato.

E eu falo por experiência nossa: estamos tocando um programa de investimento no patamar de R\$ 500 milhões, mas são investimentos em manutenção da capacidade produtiva, para manter as operações. Investimento para expandir, nada. Até porque estamos com capacidade ociosa grande. Mas até investimentos para melhoria de mix, para agregar valor ao produto, nós na Usiminas vamos esperar, assim como muita gente com quem eu converso. As decisões hoje são de espera. E em termos de investimento nem é tanto tempo. Vai esperar seis ou nove meses.

Donald Trump

Não apoiamos protecionismo, de forma nenhuma. Defendemos a isonomia nas relações comerciais, que é o que defende a OMC (Organização Mundial do Comércio). É o princípio do próprio equilíbrio mundial. A decisão do presidente Donald Trump vai contra todo aquele arcabouço de normas e conceitos que regem a OMC, tanto é que ele arguiu questões de segurança nacional, exatamente para poder não conflitar diretamente, mas já há um conflito. A ação de Trump é de protecionismo que desequilibra o comércio internacional de aço. Cota ou sobretaxa

[A guerra comercial entre Estados Unidos e China em torno do aço] tem um impacto direto negativo para o Brasil, que vai ser minimizado nesse processo de negociação de cotas [para limitar a venda de aço aos EUA], que está em fase final. Encaro [as cotas impostas ao Brasil] como pragmatismo, busca de entendimento e construção.

O que se tem que evitar no mundo de hoje é o confronto. Nós vimos as consequências [da retirada dos EUA] do a do nuclear com o Irã. O confronto não leva a nada. Temos que buscar o equilíbrio, e neste momento a margem de negociação é essa que o governo brasileiro tem, assim como a Austrália, a Coreia e a Argentina fizeram. É tentar construir alguma solução que não é a melhor, que está dentro de um arcabouço protecionista mas aproxima as ações.

O mercado se fechou para nós, não tenha dúvida. Nós vamos exportar menos, mas é melhor do que não exportar nada ou pagar 25% [de sobretaxa no volume exportado]. Mas traz um desequilíbrio. O maior impacto é o desvio de comércio.

Os países que vão ficar impedidos de penetrar no mercado americano vão buscar exportar para outros.

Protecionismo no Brasil

O Brasil hoje é um país que não se preocupa com defesa comercial. As ações de defesa comercial no Brasil são muito tênues. Trump está trazendo de volta ao mundo o nacionalismo e ele tem apoio internamente. Precisamos que o governo brasileiro tenha um olhar diferenciado seguindo o que está ocorrendo no mundo.

Não concordamos com essa onda de protecionismo no mundo, mas não podemos deixar o Brasil aberto no momento em que os EUA se fecharam, a Europa corre o risco de se fechar. Olhe o mercado brasileiro. Olhe sob a égide da própria OMC. O que tem que ser feito para proteger o mercado brasileiro no momento em que os outros países estão se mobilizando?

O que nós defendemos é algum tipo de proteção de mercado. E a forma de você se defender. No mundo de protecionismo, nós não podemos querer que o Brasil seja um mundo liberal, de mercado aberto. Por exemplo, de repente, vamos analisar salvaguardas para indústria do aço e do alumínio no Brasil? Igual a Europa está analisando.

Pode ser aplicação de sobretaxa, em que todo aço importado no Brasil teria uma sobretaxa de 25%, não sei. É uma ideia] aleatória porque esse tema, infelizmente, não está na pauta de discussão com o governo brasileiro. O governo não está sensível a isso, mas acho que deveria.

Câmbio em alta

Quando o real se desvaloriza, impacta o equilíbrio de preços do mercado interno. Se, por um lado, gera alta de custo de matéria-prima, por outro, impacta também a receita em reais. Há alguns anos, quando o câmbio estava mais perto de R\$ 2, nossa visão era a de que um câmbio ideal seria entre R\$ 3 ou R\$ 3,5.

A concorrência [entre empresas de siderurgia] está muito forte. Na nossa visão, nós teríamos espaço para subir preços em junho. Mas, para ocorrer o aumento de preços, não poderíamos ter uma situação de mercado com esse nível de concorrência que estamos observando hoje, em que a pressão é muitas vezes para baixar preço. Estamos vivendo um momento delicado em relação a isso. A posição da Usiminas hoje é a manutenção de preços, e estamos analisando isso. Com a valorização do dólar, a perspectiva de um aumento cresce

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / Rio****Título: Empregados da Petrobrás terão de abrir declaração de renda e patrimônio**

Estatul. Medida faz parte das iniciativas implementadas pela empresa para melhorar os controles internos depois do escândalo da Lava Jato, e seguem recomendação do Tribunal de Contas da União; mas funcionários acusam a empresa de tratá-los como corruptos

Os 63 mil funcionários da Petrobrás terão de abrir para a estatal a partir deste ano as suas declarações de Imposto de Renda. A decisão é mais um desdobramento das medidas de controle interno adotadas depois que a Operação Lava Jato revelou a corrupção de ex-executivos da empresa. Antes, essa exigência era apenas feita aos diretores e gerentes. A medida causou indignação entre os empregados e o sindicato avalia uma resposta. Mas, para especialistas em governança corporativa, a iniciativa tem caráter preventivo e reeducador. A exigência provoca polêmica também no campo jurídico, dividido sobre a legalidade da quebra do sigilo fiscal.

Desde o início das investigações da Polícia Federal, a estatal já contabilizou perdas bilionárias por conta de superfaturamento de obras. Só em 2014, foram R\$ 44,3 bilhões.

A maioria dos empregados terá até 30 de junho para entregar uma cópia da declaração ou autorizar o acesso da empresa a dados pessoais de patrimônio e renda. Já as chefias têm de informar imediatamente. A ordem foi comunicada internamente na última terça-feira. Em resposta, funcionários acusaram a gestão do presidente Pedro Parente de tratá-los como corruptos e de deixar o ambiente de trabalho mais burocrático e lento.

Formalmente, a justificativa da Petrobrás para a medida é se adequar a uma norma do Tribunal de Contas da União (TCU). Na prática, faz parte da nova política da empresa de controle interno contra possíveis casos de corrupção. "Em reunião em outubro de 2017, o tema foi tratado com representantes de órgãos de controle e a questão foi reavaliada pela companhia", disse, em comunicado ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso.

Procurada, a empresa informou que "estatais como Caixa, Infraero e Dataprev já adotam esse procedimento" e que "a autorização é para uso exclusivo dos órgãos de controle quando julgarem necessário". Além disso, diz que "não há possibilidade" de a companhia acessar os dados dos empregados. As estatais confirmaram a informação.

O TCU diz que pode requisitar as informações pessoais dos empregados de estatais, incluindo a Petrobrás, sempre que considerar necessário às suas ações de controle. Mas, para Tulio Ideses, do escritório Ideses TVM Advogados, a medida é inconstitucional, porque contraria o direito de todo cidadão de ter seu sigilo fiscal garantido. Polêmico, o tema é avaliado sob outra perspectiva por José Geraldo da Fonseca, ex-desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Rio e consultor do Veirano Advogados. "Não há ilegalidade se a empresa não divulgar, não abrir escancaradamente os dados", diz ele.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Compliance (IBC), James Walker Júnior, a medida é positiva. "Essa iniciativa está alinhada com normas e leis que impõem nova postura e modelo de gestão. A Petrobrás virou a chave. Sozinha, não é capaz de inibir a corrupção, mas não é uma medida isolada."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva / Indaiatuba - ENVIADA ESPECIAL

Título: Grupo de SP terá frota de 200 caminhões elétricos

Corpus Saneamento, que atua em cidades de SP e ES, fechou encomenda com a chinesa BYD e terá o maior número de veículos do tipo fora da China

A Corpus Saneamento e Obras, empresa que atua na coleta, transporte e destinação de resíduos em seis municípios de São Paulo e em Vitória (ES), encomendou 200 caminhões elétricos para substituir, gradualmente, parte de sua frota movida a diesel. Além de não emitirem poluição, os veículos são mais silenciosos e econômicos.

Inicialmente os veículos serão importados da matriz da BYD, na China, mas o grupo estuda a fabricação local em sua filial de Campinas (SP), onde produz ônibus elétricos desde 2015. Os primeiros 21 caminhões serão entregues em setembro. Outros 60 chegarão em 2019 e os demais ao longo dos quatro anos seguintes.

"Com essa aquisição a Corpus será a maior frotista de caminhões elétricos fora da China", diz o diretor de vendas da BYD, Carlos Roma. Segundo ele, a empresa aguarda a nova política industrial para o setor automotivo, chamada de Rota 2030, para definir se produzirá os veículos no País futuramente.

Hoje, o veículo importado é isento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mas recolhe 35% de Imposto de Importação (II). O transporte é feito de navio e leva cerca de 30 dias para chegar ao Brasil.

O presidente da Corpus, Cineas Feijó Valente, não divulga o investimento na compra dos caminhões, chamados de eT8A, mas informa que, no mercado, cada um custa R\$ 1,5 milhão. A versão movida a diesel custa entre R\$ 250 mil e R\$ 300 mil. O contrato com a BYD prevê o pagamento de 20% de entrada e o restante será financiado pela própria montadora.

A Corpus testou um exemplar do caminhão nos últimos dois anos na coleta de lixo em Indaiatuba, onde está a sede da empresa. Com a economia de combustível de 65% por km rodado em relação ao modelo a diesel, além de custos menores em manutenção (a pastilha de freio, por exemplo, dura quatro vezes mais), o grupo calcula que o retorno do investimento ocorre em até sete anos.

"Vamos tentar reduzir esse prazo para cinco anos, que é o tempo de retorno para um veículo a diesel", diz João Francisco Paschoalini, diretor operacional da Corpus. A própria empresa desenvolveu o compactador de lixo acoplado ao caminhão e também movido a eletricidade, "bem mais silencioso do que o comum". A solução, diz Roma, será inclusive adotada pela BYD.

A Corpus foi fundada em 1987 por Valente, hoje com 87 anos. Tem frota de 400 veículos, sendo 300 caminhões, e emprega 8 mil pessoas. O nome da empresa aparece em investigação por fraude em licitações do Consórcio Soma, do qual tem 18% de participação. O grupo informa que "trabalha dentro dos critérios da legalidade".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Montadoras avaliam produção no País

No ano passado, a MAN, da Volks, apresentou caminhão Leve elétrico desenvolvido em Resende(RJ)

Várias montadoras, entre as quais Volvo e Tesla, trabalham no desenvolvimento de caminhões elétricos, a maioria para início de produção na Europa e Estados Unidos em 2019. No Brasil, a MAN - fabricante de caminhões e ônibus da Volkswagen -, mostrou no ano passado um caminhão leve elétrico, o e-Delivery, desenvolvido na fábrica de Resende (RJ). A previsão do grupo é iniciar operação em frotas piloto ainda neste ano.

A maioria das empresas aguarda a publicação do programa Rota 2030, prevista para os próximos dias, para decidir políticas locais para elétricos e híbridos.

No caso dos automóveis, é esperada uma redução de 25% para 7% na alíquota do IPI. No primeiro quadrimestre foram vendidos no País 1.260 veículos elétricos e híbridos, 70% a mais ante igual período de 2017.

A BYD tem capacidade anual para 300 ônibus elétricos na fábrica de Campinas, em um turno, e espera vender este ano 100 unidades. A empresa também produz módulos solares fotovoltaicos e vai inaugurar, no fim do ano, uma fábrica de baterias de lítio em Manaus (AM). Também vende rebocadores e automóveis elétricos, como o sedã e6. "Além dos caminhões, também avaliamos a produção local de automóveis", informa Tyler Li, presidente da BYD do Brasil.

Outra iniciativa de uso de veículos elétricos em São Paulo vem do grupo Urbano, que opera com compartilhamento há seis meses. A empresa tem 65 automóveis, dos quais cinco elétricos da BMW. "A previsão era ter 20, mas não há disponibilidade no mercado", informa Vini Romano, diretor de marketing. "Agora aguardamos o Rota 2030 para importar 100 unidades do Smart elétrico", diz.

A Elektra, importadora de carros da Tesla desde o fim de 2016, vendeu oito modelos S e X, que custam entre R\$ 450 mil e R\$ 1,2 milhão. Em até dois meses chegarão ao País dois Model 3, último lançamento da marca, também na faixa de R\$ 450 mil./ c.s.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Karin Sato

Título: Em 5 carteiras, Petrobrás tem a maior alta entre as indicadas

Broadcast - de olho nas ações

A ação preferencial da Petrobrás, presente em cinco carteiras na semana passada - Coinvalores, Guide, Terra, Santander e XP - teve a maior alta entre os papéis indicados pelos analistas participantes da coluna, de 14,23%. Em segundo lugar, ficou Magazine Luiza, que estava no portfólio da Coinvalores, com valorização de 11,21%, e, em terceiro, Trisul, outro ativo recomendado pela Coinvalores, com aumento de 10,44%.

A Petrobrás refletiu o avanço dos preços do petróleo na semana, a divulgação do balanço do primeiro trimestre, que agradou a agentes do mercado, o anúncio da distribuição de dividendos trimestrais - fato de denotou a confiança da diretoria da petroleira nos resultados do ano - e declarações de executivos sobre um desfecho próximo das negociações com o governo relativas à cessão

onerosa. Alguns analistas calculam que a empresa pode receber um montante até superior a US\$ 10 bilhões. O pagamento, contudo, tende a ser no formato de barris de petróleo, opinam.

A gestão atual da Petrobrás tem sido elogiada por analistas. A companhia se mostra focada na redução do endividamento, por meio da venda de ativos, da disciplina nos investimentos e de uma política de preços balizada nos custos internacionais do petróleo. O fato, porém, é que as ações da petroleira não teriam avançado tanto se não fosse o preço da commodity. E se por um lado o desenrolar desta semana foi positivo para produtoras de petróleo, por outro é negativo para companhias muito expostas ao custo dos combustíveis em suas atividades, caso das aéreas.

A dúvida no mercado agora é: até onde vai o petróleo? O time do Santander, um dos que tinha Petrobrás na carteira, tem uma visão construtiva para a commodity. A expectativa é de que se mantenha em patamares elevados, enquanto o impasse entre os Estados Unidos e o Irã perdurar.

"Além disso, a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) não dá sinais de que reverterá abruptamente a política de contenção da produção de petróleo, o que tende a garantir suporte à commodity até o fim de 2018", explica Ricardo Peretti, do Santander.

Analistas da Coinvalores, outra corretora com Petrobrás no portfólio, concordam - a expectativa é de que o petróleo se mantenha em nível elevado nos próximos meses, sobretudo por causa da reaplicação das sanções dos Estados Unidos sobre o Irã e pelo contínuo corte de produção da Opep. Outro fator citado é a percepção de que a produção da Venezuela tende a ser afetada pela crítica situação econômica do país.

"É preciso ficar atento em como o preço mais elevado da commodity afeta cada empresa ou setor, pois combustível é um componente relevante na matriz de custo de diversas áreas, como na das companhias aéreas, por exemplo", diz Sandra Peres, analista da Coinvalores.

Vitor Suzaki, analista da Lerosa, avalia que o preço do petróleo pode não sofrer grandes alterações nos próximos meses, até em função do patamar atual, que já viabiliza e rentabiliza a exploração nos Estados Unidos.

Quanto às mudanças nas carteiras, CCR teve duas indicações, da Magliano e da Planner. O aumento do tráfego nas rodovias que administra e menores custos da dívida, diante da queda dos juros, permitiram que a empresa divulgasse bons resultados, opinou o analista Carlos Soares, da Magliano.

MME / ASCOM .